



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT

EDITAL N.º 001/2025

AUXILIAR DE CONTABILIDADE

Duração: 3h (três horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
1 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 40

b) Um cartão de respostas destinado à marcação da alternativa correta.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 Só será permitido ao candidato levar o caderno de questões, a partir de **1 (uma) hora** para o horário de término da prova.

08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluam a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

A floresta em pé: como a COP 30 revolucionou as finanças climáticas

Silvia Pinheiro

Para os que acompanharam as COPs e não acreditavam que um dia empresas e bancos pudessem se interessar na floresta em pé, ao invés de no chão, a COP 30, em Belém, surpreendeu.

Fundos de investimento, corretoras, bancos, empresas mineradoras nacionais e internacionais, frigoríficos, indústrias do petróleo, papel e celulose entraram “com os dois pés” no ecossistema das finanças climáticas.

Os cortes nas doações e o negacionismo ambiental do governo Trump II, somados à timidez de uma Europa, com prioridades na defesa, interromperam projetos importantes para o desenvolvimento sustentável em regiões do sul global.

Investimentos chineses em tecnologias para a redução de emissões e de transição energética chamaram a atenção para este novo ator do capitalismo global, que desafia paradigmas no campo da sustentabilidade.

É nesse contexto de mudanças que mecanismos de mercado foram criados para solucionar os complexos desafios climáticos de dimensão planetária.

Lançados em 1992, na primeira COP, a Rio 92, no Rio de Janeiro, sofisticaram-se e agora estiveram nos discursos e falas do setor privado e mídias de comunicação na COP, em Belém. Porém, as soluções de mercado não são as “balas de prata” que irão conter o desmatamento e reduzir emissões globalmente. Ao contrário, sozinhas, podem trazer riscos.

Chama-se atenção para o afastamento do Estado no exercício de suas atribuições e para o enfraquecimento de políticas públicas, de reconhecimento de áreas de proteção, demarcação de territórios indígenas e assentamentos da reforma agrária.

Tais políticas que regulam destinações de florestas em abandono são conquistas de pequenos agricultores e moradores das florestas, de anos de luta e de atuações conjuntas com as organizações não governamentais, com o apoio de setores da Igreja Católica.

Chama a atenção, também, a tentativa de transformação dos povos originários, das populações tradicionais e dos moradores das florestas em prestadores de serviços. Seus serviços são “valorados” por terceiros e por hectares de florestas precificados por metodologias que, possivelmente, desconsideram aspectos inerentes às suas culturas e aos seus modos de vida.

Pesquisa recente realizada com grupos comunitários, indígenas, extrativistas e agricultores em projetos de assentamento aponta que, da totalidade dos entrevistados, 51 foram abordados por investidores em créditos de carbono. A maioria manifestou insegurança e a necessidade de obtenção de mais informações antes de firmar parcerias, ressaltando que a demarcação de seus territórios seria a prioridade e forma mais eficiente de combate ao desflorestamento. [...]

Fora do espaço de negociação entre governos e empresas, estiveram os moradores das florestas dos nove países da bacia amazônica que tiveram, como reivindicação principal, a demarcação de territórios, a titulação e o reconhecimento legal de áreas de proteção.

Foram demandas antigas sobre a homologação de áreas de floresta aos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que apresentaram baixos índices de desmatamento, diferente das terras públicas devolutas, sem qualquer destinação.

Sob a argumentação de escassez de recursos para preservação das florestas tropicais nos países mais pobres e em desenvolvimento, o governo do Brasil apostou no TFFF, sigla em inglês para o que significa “Fundo Florestas Tropicais para Sempre”. A justificativa, para a sua criação, é a da não dependência de doações que seriam intermitentes, sujeitas a interrupções. A tese é apostar na rentabilidade do fundo enquanto fonte perene de recursos voltados à manutenção das florestas tropicais do planeta, em pé. [...]

Que as soluções de mercado não posterguem as dívidas sociais pendentes de soluções simples, e que a COP 30 seja reconhecida, por “mutirão” de atores públicos, privados e do terceiro setor, que ouviu dos povos originários e tradicionais suas alternativas e soluções de como lidar com os desafios climáticos e com a preservação das florestas.

FONTE: [HTTPS://WWW.JB.COM.BR/BRASIL/OPINIAO/ARTIGOS/2025/11/1057780-A-FLORESTA-EM-PE-COMO-A-COP-30-REVOLUCIONOU-AS-FINANÇAS-CLIMATICAS.HTML](https://www.jb.com.br/BRASIL/OPINIAO/ARTIGOS/2025/11/1057780-A-FLORESTA-EM-PE-COMO-A-COP-30-REVOLUCIONOU-AS-FINANÇAS-CLIMATICAS.HTML).
TEXTO ADAPTADO. ACESSO EM 12/12/2025

1. Ao afirmar que empresas e bancos entraram “com os dois pés” nas finanças climáticas, a autora mobiliza um recurso linguístico cujo efeito principal é:

- A) ironizar a situação descrita
- B) tecer uma crítica ao sistema financeiro e ao mercado
- C) atenuar a visão negativa dos negacionistas climáticos
- D) intensificar o grau de envolvimento dos agentes econômicos citados

2. No texto, a menção ao “governo Trump II” cumpre a função de:

- A) expressar um julgamento moral sobre o governo dos EUA
- B) exemplificar uma política nacional de menor impacto internacional
- C) contextualizar geopoliticamente a retração de recursos para o desenvolvimento sustentável
- D) apresentar uma informação central ao leitor brasileiro, que normalmente desconhece o presidente dos EUA

3. Segundo o texto, o principal risco das soluções de mercado para a crise climática é:

- A) sua ineficácia técnica
- B) sua incapacidade financeira
- C) seu potencial de enfraquecer o papel do Estado e políticas públicas estruturantes
- D) sua rejeição social imediata, advinda especialmente dos países menos desenvolvidos

4. No texto, a expressão “balas de prata” tem o sentido de:

- A) medidas rápidas, mas normalmente muito eficientes
- B) soluções definitivas para problemas complexos
- C) soluções extremamente violentas
- D) respostas ilusórias

5. Considerando o texto como um todo, o modo de organização do discurso predominante é o:

- A) narrativo
- B) descritivo
- C) expositivo
- D) argumentativo



6. “É nesse contexto de mudanças que mecanismos de mercado foram criados **para** solucionar os complexos desafios climáticos de dimensão planetária” (5º parágrafo). Esse conectivo em destaque expressa:

- A) finalidade
- B) causalidade
- C) conformidade
- D) consequência

7. No título do texto (“A floresta em pé: como a COP 30 **revolucionou** as finanças climáticas”), a forma verbal em destaque está flexionada no pretérito:

- A) perfeito do indicativo
- B) imperfeito do indicativo
- C) imperfeito do subjuntivo
- D) mais-que-perfeito do indicativo

8. “Tais políticas **que** regulam destinações de florestas **em** abandono são conquistas de pequenos agricultores e moradores das florestas [...]” (8º parágrafo). As duas palavras em destaque são classificadas, respectivamente, como:

- A) pronome e pronome
- B) conjunção e pronome
- C) pronome e preposição
- D) conjunção e preposição

9. “Fundos de investimento, corretoras, bancos, empresas mineradoras nacionais e internacionais, frigoríficos, indústrias do petróleo, papel e celulose entraram ‘com os dois pés’ no ecossistema das finanças climáticas” (2º parágrafo). Nesse trecho, as vírgulas foram empregadas para:

- A) marcar um adjunto adverbial deslocado
- B) coordenar elementos em enumeração
- C) separar termos acessórios
- D) isolar um apostro

10. “**A tese é** apostar na rentabilidade do fundo enquanto fonte perene de recursos voltados à manutenção das florestas tropicais do planeta, em pé” (13º parágrafo). A oração em destaque classifica-se como:

- A) principal
- B) substantiva predicativa
- C) coordenada assindética
- D) coordenada sindética aditiva

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Um usuário de um computador com o *MS Windows 7* em português, acessando o aplicativo Bloco de Notas, criou um arquivo e tentou salvá-lo com o nome: `arquivo<_testes_DINAMICA1.txt`. Contudo, o sistema enviou um aviso de erro, indicando que o nome do arquivo não é válido. O motivo desse nome ser inválido é por causa do(a):

- A) uso do caractere “_” mais de uma vez no nome
- B) mistura de letras minúsculas e maiúsculas no nome
- C) proibição de nomes com mais de 8 caracteres úteis
- D) utilização do caractere “<”, proibido em nomes de arquivos

12. Um usuário do *MS Excel 2010* em português precisa usar, em uma planilha, uma função que retorne o valor que separa a metade maior e a metade menor de um conjunto de números de amostra, indicando o ponto central dessa amostra de números, sendo mais protegida contra valores considerados *outliers*. A função do *MS Excel 2010* em português mais adequada para essa tarefa é a:

- A) MED
- B) MÉDIA
- C) ARRED
- D) MDETERM

13. Um usuário do *MS Word 2010* em português, ao criar um texto, necessitou visualizar os símbolos de formatação invisíveis, que indicam quebras de linha/parágrafo. Para isso, ele utilizou as teclas de atalho CTRL +

- A) ALT + 1
- B) ALT + 5
- C) SHIFT + 3
- D) SHIFT + 8

14. Um usuário do aplicativo *MS PowerPoint 2010* em português precisa configurar os efeitos visuais das passagens entre *slides* para uma apresentação importante. A guia do aplicativo que contém acesso direto para essa configuração é a de:

- A) inserir
- B) revisão
- C) transições
- D) página inicial

15. Um usuário de um navegador da internet deseja saber qual é o domínio de segundo nível (2LD) da URL `www.company.com.br`. Considerando a organização e a estrutura de uma URL, a 2LD desse domínio é:

- A) fr
- B) com
- C) www
- D) company

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

16. Um laboratório de análises clínicas utiliza um reagente químico cuja dosagem é rigorosamente proporcional à massa da amostra biológica a ser processada. Sabe-se que, para processar 150 gramas de amostra, são necessários 12 ml do reagente. Mantendo-se essa mesma relação de proporcionalidade, a quantidade de reagente necessária para processar uma amostra de 250 gramas é igual a:

- A) 18 ml
- B) 20 ml
- C) 22 ml
- D) 25 ml

17. Um médico, ao orientar um paciente sobre os efeitos de um novo tratamento, declara o seguinte: “Se o paciente seguir a dieta, então o índice glicêmico diminuirá”. A negação lógica dessa condicional é expressa por:

- A) o paciente segue a dieta e o índice glicêmico não diminui
- B) o paciente não segue a dieta e o índice glicêmico diminui
- C) se o paciente não seguir a dieta, o índice glicêmico não diminuirá
- D) se o índice glicêmico não diminuir, então o paciente não seguirá a dieta



18. Uma comissão de ética em uma universidade deve ser formada por apenas um representante discente. Estão aptos a se candidatar 15 alunos do curso de Direito, 12 alunos do curso de Filosofia e 8 alunos que fazem dupla graduação em Direito e Filosofia. Considerando que todos os alunos aptos desses cursos são candidatos potenciais, e que ninguém pode ser contado duas vezes, o número total de escolhas distintas para esse representante é:

- A) 35
- B) 27
- C) 23
- D) 19

19. Uma gestora de fundos de investimento analisou o comportamento de um ativo de alta volatilidade. Na segunda-feira, o ativo sofreu uma desvalorização de 20% em relação ao fechamento da semana anterior. Na terça-feira, impulsionado por um cenário macroeconômico favorável, o mesmo ativo apresentou uma valorização de 25%, calculada sobre o valor de fechamento da segunda-feira. Ao final do pregão de terça-feira, a posição consolidada desse ativo, quando comparada ao seu valor inicial antes da queda de segunda-feira, apresentou o cenário de:

- A) desvalorização acumulada de 5%
- B) valorização acumulada de 5%
- C) valorização acumulada de 2%
- D) equivalência exata ao valor inicial (variação nula)

20. Em uma conferência internacional de tecnologia, 60% dos participantes são fluentes em inglês, 45% são fluentes em mandarim e 20% não dominam nenhum desses dois idiomas. Se um participante for escolhido aleatoriamente para uma entrevista, a probabilidade de que ele seja fluente em inglês ou em mandarim é igual a:

- A) 70%
- B) 75%
- C) 80%
- D) 85%

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Gael é funcionário público recém-concursado de Porto dos Gaúchos e trabalha em setor administrativo interno. Ao receber um pedido de um amigo de infância para agilizar um procedimento interno, caso o faça, Gael violaria o princípio da:

- A) legalidade
- B) publicidade
- C) eficiência
- D) impessoalidade

22. O Princípio Constitucional da Eficiência é considerado sobre dois aspectos. O primeiro deles está lastreado no modo de atuação do agente público, a fim de que o agente busque o seu melhor desempenho. O segundo, por sua vez, baseia-se na:

- A) organização, disciplina e estrutura da administração pública, com o objetivo de obter o melhor resultado na prestação do serviço público
- B) observação das regras internas de forma a manter todo o procedimento devidamente sincronizado com os comandos legais
- C) informação devidamente repassada a qualquer cidadão por meio de todos os meios disponíveis
- D) prestação de serviço continuado, independentemente dos resultados almejados

23. A Lei n.º 383/2012, de 03 de abril de 2012, de Porto dos Gaúchos/MT, estabelece que os Secretários Municipais são responsáveis pelos programas de treinamento e cursos de capacitação e de desenvolvimento, entre outros, mediante:

- A) determinação de currículos, períodos ou metodologias de cursos de aperfeiçoamento
- B) solicitação de vagas em treinamento de outros órgãos administrativos externos
- C) solicitação de dados ao prefeito sobre o servidor em treinamento
- D) avaliação dos resultados obtidos na execução de trabalhos

24. Conforme disposto na Lei Municipal n.º 393/2012, de 22 de agosto de 2012, de Porto dos Gaúchos/MT, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo, dentre outros, tem por objetivos:

- A) assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência no serviço público
- B) estabelecer padrões e critérios para reconhecimento dos servidores com melhor nível de desempenho
- C) estimular a profissionalização, a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores
- D) manter a administração dos vencimentos dentro dos padrões estabelecidos por Lei, considerando as características do mercado e os critérios de evolução profissional

25. A Lei Municipal n.º 393/2012, de 22 de agosto de 2012, de Porto dos Gaúchos/MT, estabelece que a carreira dos servidores do Quadro Geral da Câmara Municipal é constituída nos níveis:

- A) auxiliar legislativo, assistente legislativo e analista legislativo
- B) apoio legislativo, assistente legislativo e técnico legislativo e gestor legislativo
- C) auxiliar legislativo, técnico legislativo e analista legislativo
- D) apoio legislativo, auxiliar legislativo e técnico legislativo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Integram o patrimônio público, no grupo do ativo imobilizado, os componentes:

- A) bens intangíveis
- B) créditos da dívida ativa
- C) participações societárias
- D) equipamentos de informática

27. A conta contábil cujo saldo aumenta a partir de um lançamento registrado a débito é:

- A) fornecedores
- B) impostos a pagar
- C) depreciação acumulada
- D) adiantamento de salários

28. A receita pública cuja competência de arrecadação aplica-se diretamente aos municípios é o imposto sobre:

- A) produtos estrangeiros
- B) produtos industrializados
- C) serviços de qualquer natureza
- D) a circulação de mercadorias e serviços



29. A despesa orçamentária pública que, de acordo com o manual de contabilidade aplicado ao setor público, corresponde a uma variação patrimonial diminutiva é:

- A) aquisição de bens imóveis
- B) pessoal e encargos sociais
- C) amortização de empréstimos
- D) aquisição de mobiliário público

30. A participação dos municípios na arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território equivale a:

- A) 22,5%
- B) 50%
- C) 55%
- D) 60%

31. Os bens públicos classificados como ativos intangíveis são os:

- A) bens de infraestrutura
- B) materiais de consumo
- C) softwares para computador
- D) livros e publicações técnicas

32. O estágio da receita pública que é apresentado na Lei Orçamentária aprovada pela Câmara Municipal é o(a):

- A) previsão
- B) lançamento
- C) arrecadação
- D) recolhimento

33. O ingresso dos valores arrecadados pelo governo, nas contas do tesouro público, provenientes dos impostos que lhe competem, caracteriza o estágio da receita pública denominado:

- A) liquidação
- B) pagamento
- C) recolhimento
- D) programação

34. O ato praticado por autoridade competente da administração pública que cria a obrigação de pagamento de despesa, na forma estabelecida na Lei n.º 4320/64, corresponde ao estágio da despesa pública denominado:

- A) licitação
- B) empenho
- C) pagamento
- D) lançamento

35. A determinação estabelecida da Constituição Federal, no sentido de que o orçamento público não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as exceções previstas, tem correspondência com o princípio orçamentário denominado:

- A) unidade
- B) exclusividade
- C) orçamento bruto
- D) não afetação da receita

36. O manual de contabilidade aplicada ao setor público estabelece orientações quanto aos procedimentos contábeis orçamentários, destacando-se as classificações das receitas orçamentárias. No que diz respeito às categorias econômicas, as classificações dessas receitas são:

- A) correntes e de capital
- B) tributárias e não tributárias
- C) ordinárias e extraordinárias
- D) orçamentárias e extraorçamentárias

37. A classificação da despesa pública denominada funcional identifica essa despesa segundo elementos como:

- A) função, subfunção, programa, ações
- B) categorias econômicas, programas, ações, elementos
- C) função, modalidade de aplicação, programa, elementos
- D) categorias econômicas, grupos, modalidade de aplicação, ações

38. A Lei n.º 14.133/2021 estabelece orientações à Administração Pública quanto aos procedimentos a serem adotados a respeito do(a):

- A) planejamento público plurianual
- B) definição das diretrizes orçamentárias
- C) elaboração do orçamento público anual
- D) realização de licitações e contratações públicas

39. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) determina que a administração pública adote medidas de gestão responsável, entre as quais destaca-se a:

- A) limitação da despesa com pessoal
- B) definição do resultado econômico social
- C) compensação da renúncia de despesas
- D) apuração das receitas de natureza continuada

40. O Código Tributário Nacional define as competência tributárias dos entes da federação. Nesse contexto, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana insere-se em tal Código como sendo de competência:

- A) Federal
- B) Estadual
- C) Municipal
- D) Estadual e Municipal